

Norbert Elias e a constituição do conceito de civilidade**Dyeinne TOMÉ*****Raquel dos Santos QUADROS******Maria Cristina Gomes MACHADO*****

Resumo: O artigo tem como proposta de estudo investigar como se desenvolveu o conceito de civilidade na obra de Norbert Elias, em especial, nas obras *O Processo Civilizador*, volumes 1 e 2, com base nas transformações ocorridas entre a Idade Média e o início do século XIX. Os comportamentos referentes à postura à mesa, à vestimenta e ao vocabulário na sociedade de corte são elementos que sofreram alterações e, como consequência, tornaram-se mais polidos e corteses, ao passo que a sociedade passava pelo processo de criação dos Estados Modernos. Delineiam-se os princípios sobre a decadência da sociedade de corte e, diante desse cenário, são analisadas as alterações nas estruturas sociais e as modificações nas relações entre os indivíduos.

Palavras-chave: Civilidade. Boas Maneiras. Sociedade de Corte. Norbert Elias.

Norbert Elias and the constitution of the concept of civility

Abstract: The article aims to investigate how the concept of civility was developed in Norbert Elias' work, especially in the works "The Civilizing Process", volumes 1 and 2, based on the transformations that occurred between the Middle Ages and the beginning of the XIX century. Behaviors related to posture at the table, dress code and vocabulary are elements that have changed and as a consequence have become more polite and courteous, while society went through the process of creation of Modern States. It will outline the principles on the decadence of the society of cut and, against this scenario, the alterations in the social structures and the modifications in the relations between the individuals will be analyzed.

Keywords: Civility. Politeness. Cutting society. Norbert Elias.

* Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Brasil. Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 | Campus Uvaranas | CEP 84.030-900 | Ponta Grossa – PR

** Professora Doutora – Secretaria Estadual de Educação (SEED), Maringá, Brasil. Av. Carneiro Leão, 93 | Centro | CEP: 87.014.010 | Maringá - PR

*** Professora Doutora – Departamento de Fundamentos da Educação e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. Av. Colombo, 5.790 | Câmpus Universitário | CEP 87.020-900 | Maringá – PR

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a constituição do conceito de civilidade em Norbert Elias. Iniciaremos a discussão apresentando a formação e o desenvolvimento da sociedade de corte, pois, a corte constituía o centro representativo do poder durante os séculos XVII e XVIII. Para isso, utilizamos as obras *O Processo Civilizador*, volumes 1 e 2, *A Sociedade de Corte e Introdução à Sociologia*. No volume 1 da primeira obra, Elias mostra como os homens se tornaram civilizados e começaram a se tratar com cortesia, ou seja, aborda o que chama de “uma história dos costumes”; no volume 2, por sua vez, a temática central de seu debate é a formação do Estado de Civilização; na terceira obra, o sociólogo relata as relações sociais existentes entre a Corte durante o reinado de Luís XIV; e, por fim, na quarta obra, Elias elenca os aspectos fundamentais da sociologia, de modo a ampliar a compreensão dos processos humanos e sociais.

Ao delinear a ideia de civilidade presentes nas obras de Norbert Elias estabelecemos um percurso até a aplicação do conceito, tomando por base as diferentes representações atribuídas ao termo ao longo do processo histórico, ou seja, a intenção foi compreender como alguns fenômenos e processos sociais que, segundo ele, são contínuos e não lineares, se desenvolvem ao longo da história.

Neste artigo, elegemos elementos que ilustram as transformações ocorridas no decorrer do processo histórico, tais como a vestimenta, bem como, o uso de adornos, os quais eram destinados à nobreza e impedidos às classes não nobres. Havia a proibição da aquisição de roupas e acessórios de luxo para membros da burguesia, demonstrando, dessa forma, uma diferenciação aparente entre os indivíduos. Outro elemento de transformação, segundo Norbert Elias, foi a etiqueta e postura à mesa, quesito da constituição da civilidade, em particular, indicamos a utilização dos utensílios dispostos à mesa, como: pratos, travessas, facas, garfos, colheres e copos. Sinalizamos outro fator singular que simbolizou os padrões criados pela nobreza que representou ao lado das boas maneiras em ações de postura, bem como a vestimenta, a forma de expressão do nobre, isto é, o vocabulário e as pronúncias usadas pela classe que detinha o poder.

E, para finalizar este artigo, apontamos princípios sobre a decadência da sociedade de corte. Indicamos que, no século XVIII, com o aumento da riqueza, a progressão da classe burguesa e o aparecimento de uma classe média emergente, a linha divisória que fazia distinção entre os extratos sociais começou a desaparecer, ou seja, houve alterações nas estruturas sociais e, como consequência, modificações nas relações entre os indivíduos.

O presente artigo trata de uma temática de relevante importância ao delinear considerações relativas a um conceito tão significativo na obra de Elias, sobretudo, por nos

fornecer pistas preciosas acerca das transformações que foram ocorrendo na sociedade ao longo de sua história.

Formação e desenvolvimento da sociedade de corte

A sociedade de corte tinha um significado central e representativo para a maioria dos países da Europa ocidental, nos séculos XVII e XVIII. Nesse período, não eram as cidades, e sim, a corte que constituía o centro representativo do poder. “A cidade, [...] era apenas o ‘macaco’ da corte [...]” (ELIAS, 2001, p. 62). Tudo o que vinha das vastas extensões do reino tinha antes que passar pela corte até chegar ao rei e, tudo o que vinha do rei tinha antes que passar pela corte até chegar ao país. Deste modo, a corte constituía o local de origem de toda a experiência e toda a compreensão do homem e do mundo no Antigo Regime (ELIAS, 2001).

Elias (1993) afirma que as cortes foram se transformando em modelos concretos e centros formadores e disseminadores do estilo. Tanto é, que sua importância como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento, foi muito além de todas as demais formações sociais existentes até então.

O nascimento da sociedade de corte se deu de modo gradual e veio acompanhado por uma necessidade de controle das pulsões e dos anseios, sobretudo no meio social, por parte das camadas mais nobres, como forma de se diferenciar do restante da população, que em sua grande maioria era formada por camponeses. Sua formação também está relacionada ao processo de criação do Estado Moderno, que concentrava grande parte do poder em torno da figura do rei.

A constituição dos Estados Modernos não ocorre de forma pacífica e tranquila, ela se dá em meio a conflitos travados entre os senhores feudais, que resistiam à fragmentação de seus privilégios políticos e econômicos, e entre reis e grandes senhores de terra, que lutavam por hegemonia e pelo trono. É nesse contexto de lutas pelo poder que nasce o luxo nas cortes, em que a etiqueta e as boas maneiras compõem um ritual direcionado para a ambição dos que pretendiam ser reis ou estarem próximos a eles (RIBEIRO, 1983).

Neste modelo de sociedade, o que predominava era a disputa por uma colocação social de prestígio, com a finalidade de manter a posição de destaque na corte. Sobre isso, Elias (2001) declara:

Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status [...]. (ELIAS, 2001, p. 86).

A pressão da competição era tão forte e presente nessa sociedade, que Elias (2001) a compara com a competição pela acumulação de capital na economia existente nas sociedades industrializadas. Segundo ele, “[...] as sociedades governadas oligarquicamente pelos privilegiados hereditariamente transformaram-se em sociedades governadas por representantes revogáveis de partidos políticos de massa.” (ELIAS, 1999, p. 70).

Os nobres disputavam favores simbólicos e outros mais, pois a simpatia do rei poderia ajudar na conquista de privilégios pessoais, já que a nobreza era legalmente proibida de aumentar sua renda ou enriquecer por meio de qualquer empreendimento comercial. Era mais importante e valioso, na sociedade de corte, a posse de um título de nobreza, do que a posse de uma riqueza acumulada. A riqueza mais respeitada era aquela que não havia sido conquistada pelo esforço ou pelo trabalho, e sim a riqueza herdada (ELIAS, 2001).

Com isso, a sociedade de corte geralmente gastava tudo o que herdava no consumo representativo, pois desperdiçar era sinônimo de prestígio. Ribeiro (1983, p. 84) relata que, “[...] certa vez, o duque de Richelieu deu ao filho uma bolsa para gastar e, como o jovem a devolveu intacta, jogou-a fora irritado pela janela – um nobre deve jogar dinheiro fora, ao contrário do burguês avaro.” Em uma sociedade em que tudo girava em torno do luxo, gastar boa parte da renda com roupas, enfeites, mobílias e festas era algo comum. Assim, a ruína por ostentação era algo corriqueiro. Sobre isso, Elias (2001) revela que muitas famílias vendiam terras, joias e outros objetos de valores herdados, a fim de pagar suas dívidas. O empréstimo era uma forma acessível para famílias em dificuldade financeira manterem seu estilo de vida. Sem esses empréstimos seria inevitável que uma família ficasse para trás na competição pelo prestígio social. Em muitos casos só mesmo a benevolência do rei poderia salvar da desgraça, as famílias nobres endividadas.

Na sociedade de corte, a concorrência por status e prestígio ocorria de forma hierarquizada, ou seja, o maior ou menor grau desfrutado por um indivíduo determinava a influência que exerceria ou receberia dos outros. Os concorrentes demonstravam que tinham tais chances tornando visível a relação distanciada com os que ocupavam uma posição inferior (ELIAS, 2001). Estas disputas por prestígio entre a nobreza, segundo Ribeiro (1983), estavam pautadas nas boas maneiras e não no conflito aberto entre os pretendentes.

O exibicionismo não era algo recomendado, ao homem da corte era aconselhável que tivesse conhecimento acerca das artes e que mantivesse reserva de tais conhecimentos, evitando despertar inveja, humilhar ou ofender o igual, o inferior ou o superior. Também não era considerado de bom tom ficar falando de si mesmo, o ideal era agir com prudência e moderação. Deste modo, o novo código de comportamento se torna mais rigoroso, levando o

senso do que se deve e do que não se deve fazer para não ofender ou constranger as outras pessoas. Sobre isso, Ribeiro (1983, p.96) relata que:

No começo do século XX, um príncipe de Gales ofereceu um jantar a um marajá das Índias. Quando serviram aves, o hindu pôs-se a comer com as mãos e a jogar os ossos no chão, por cima do ombro. Os presentes começaram a rir – até que o príncipe de Gales também passou a comer com as mãos e a jogar os restos no chão.

Assim, ser tolerante e compreensível com os demais, constitui-se na principal característica da civilidade e de cortesia. “Um companheiro não lhe deve ser menos querido porque tem piores maneiras. Há pessoas que compensam a rusticidade de seu comportamento com outros talentos.” (ELIAS, 1994, p. 92). Desta forma, a arte da “diplomacia” surge das relações cultivadas no cotidiano da sociedade de corte.

Por meio da prática da etiqueta e das boas maneiras, Elias (2001) mostra como cada indivíduo tem sua importância e sua posição de poder confirmados pelos outros. É a opinião social que cria o prestígio de cada um, que se expressa por meio do comportamento em relação ao outro, dentro de um conjunto de desempenho que segue determinadas regras. Assim, o prestígio exercido por meio do comportamento e da observação dos bons modos não diz respeito à mera formalidade e sim ao que é necessário e vital para a identidade individual de um verdadeiro homem da corte.

A precisão com que se organiza cada cerimonial, cada gosto submetido à etiqueta, o zelo com que o valor de prestígio de cada passo é pensado e levado em conta, todas essas coisas correspondem ao grau de importância vital que a etiqueta e o comportamento possuem para os cortesãos. (ELIAS, 2001, p. 118).

A palavra etiqueta, de acordo com o Dicionário da língua portuguesa, “[...] significa rótulo que se põe sobre alguma coisa para designar o que é, o que contém e o seu preço.” (p. 733). Outro sentido atribuído à palavra é o de “regras, normas, estilo”. Além de determinar um “[...] conjunto de cerimonial, ordem de precedência e usos que devem ser observados na corte jurídica.” (p. 733). Desta forma, “a etiqueta passa da corte judiciária para a corte do rei”. Mas, continua a indicar e afixar um rótulo em cada um, deixando à mostra o pertencimento a determinado status social. A exemplo disso, Ribeiro (1983) afirma que: “A reverência de Maria Antonieta, dando, com a cabeça e o olhar, a cada um, o que lhe cabia, distribui e apresenta os nobres em seus lugares. [...] Desta maneira, ‘não só ela *reconhece* cada nobre em sua posição como, àqueles que não sabem quem ele é, o *dá a conhecer*’.” (RIBEIRO, 1983, p. 87,

grifos nossos). Assim, os gestos têm uma função principal, que é o de permitir o reconhecimento recíproco de posições numa hierarquia entre seus membros.

Na França, durante o reinado de Luís XIV – o rei que é personagem principal em qualquer história sobre etiqueta (século XVII) –, como mostra Elias (2001), é que se desenvolve a sociedade de corte com maior influência. Dessa sociedade eram difundidos, os códigos de conduta, maneiras, linguagens e gostos, para o restante das cortes da Europa. Visto assim, a etiqueta e todo o cerimonial que a envolvia correspondiam a instrumentos de dominação e formas de expressar a coerção que o próprio poder exercia sobre seu detentor, o rei.

Porém, isso apenas se tornou possível porque formas socialmente semelhantes, caracterizadas por modos análogos de relações humanas, surgiram por toda a parte. A aristocracia absolutista de corte da nação mais rica e poderosa do momento adotou o que mais se adequava às suas necessidades sociais, como os modos refinados de agir, a linguagem, as vestimentas luxuosas, que a distinguiam das classes socialmente inferiores. Assim:

[...] as pessoas que podiam exibir seus *status*, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de “distinção”, que dominavam a “civildade”. (ELIAS, 1993, p. 17).

Com isso é possível perceber como a etiqueta tinha uma função simbólica importante na estrutura dessa sociedade e dessa forma de governo.

O que começa, aos poucos, a se constituir, no final da Idade Média, é uma sociedade de corte que alcança toda a extensão europeia, cujo centro era a capital da França. Os membros pertencentes à corte parisiense falavam a mesma língua, liam os mesmos livros, tinham os mesmos gostos, se vestiam da mesma forma e, de modo geral, conservavam o mesmo estilo de vida (ELIAS, 1993). No entanto, mais tarde, “[...] o caráter dos atos de etiqueta como fetiches de prestígio.” (ELIAS, 2001, p. 103) começa a se diluir em muitos sentidos.

Elegância e vestimenta

De acordo com Macedo (2002), uma das consequências do Renascimento e crescimento das cidades foi a ampliação, no Ocidente, da produção e circulação de bens de consumo destinados exclusivamente à elite. Pois, em uma sociedade hierárquica, o uso de roupas, objetos e adornos destinados à nobreza era proibido às classes não nobres. Desde o

século XIII, as monarquias tomaram medidas que limitavam o consumo de produtos de luxo pelos membros da burguesia. Chegaram a criar uma série de leis que controlavam a ostentação e o luxo, chamadas de “leis suntuárias”, promulgadas em 1294, por um francês. Entre algumas de suas disposições estava a de que:

- Nenhum burguês terá carruagem.
- Nenhum burguês nem burguesa vestirão roupas de pele branca ou cinza, e deverão livrar-se daquelas que possuem no prazo de um ano, a contar da Páscoa. Não deverão ostentar objetos de ouro ou pedras preciosas, coroas de ouro ou prata [...].
- Os cavaleiros não deverão adquirir mais de dois pares de roupas por ano. Ficam proibidos de tê-las a mais, mesmo que ganhem, encontrem ou as obtenham de outro [...].
- Duques, condes, barões, e suas esposas, possuidores de terras, poderão mandar fazer quatro pares de roupas por ano e não mais que isto.
- Nenhuma donzela, a não ser as castelãs ou damas que possuam terras, poderá adquirir mais de um vestido por ano [...]. (LOIS Suntuaires DE PHILIPPE LE BEL apud MACEDO, 2002).

Em 1533, uma lei inglesa reservava à família real o direito de utilizar nos tecidos a cor púrpura e o dourado. Só poderiam ter tecidos de seda nas roupas os cavaleiros de renda elevada. Isso era algo natural e inquestionável, por aqueles que não faziam parte desta minoria (RIBEIRO, 1983).

Entre as formas refinadas de comportamento, que diferenciavam um aristocrata de um rude “sujeito comum”, estava o modo de se vestir.

A corte de Luís XIV ri do “burguês fidalgo”, não porque os trajes e manias do sr. Jourdain lhe pareçam exagerados, mas porque não convêm *a um burguês*. Rir é mais eficaz que as antigas leis suntuárias, que uma nunca tiveram muito êxito na delimitação das roupas entre as classes sociais, e são definitivamente aposentadas pelo sistema da moda, da etiqueta, da comédia. (RIBEIRO, 1983, p. 20).

Assim, o luxo, enfatiza Ribeiro (1983), além de estimular a indústria nos sistemas econômicos da França do século XVIII, respondia a uma necessidade de diferenciação social, da qual as classes endinheiradas procuravam ascender, copiando os modelos e as formas do fino trato, das camadas aristocráticas, que se resguardavam dos intrusos, inovando.

Deste modo, se mantém a linha divisória entre refinados e rudes, quando se refere a roupas. Uma distinção, aparentemente tão simples, acaba beneficiando a nobreza, pois ser elegante custa caro, o que favorece quem tem dinheiro. Para a nobreza, desperdiçar era sinônimo de prestígio e criar trajes luxuosos e exagerados nos detalhes e no requinte era uma maneira de demonstrar tudo isso. Tais diferenças delimitavam os distintos grupos sociais.

Etiqueta à mesa

As boas maneiras, segundo Ribeiro (1983), custaram muito a se implantar no Ocidente. O autor relata o fato em que, uma princesa bizantina, do século XI, casa-se com um Doge de Gênova e traz na bagagem um garfo. Foi um escândalo para a Itália e o restante da Europa que só conheciam e utilizavam a faca como utensílio de mesa, pois ela servia para, além de levar o alimento à boca, cortar a carne, palitar os dentes e cortar outras coisas do cotidiano. Com isso, a princesa recebeu severas repressões por causa do seu excesso de refinamento. Mais de cinco séculos se passariam, de acordo com os estudos de Elias (1994), para que o uso desse utensílio se tornasse uma necessidade mais geral.

Henrique III introduziu-o na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos não foram pouco ridicularizados por essa maneira “afetada” de comer, no princípio, não eram muito hábeis no uso dos utensílios: pelo menos se dizia que metade da comida caía da boca. (ELIAS, 1994, p. 82).

Foi somente no século XVIII, pouco antes da Revolução Francesa, que a classe alta começa a estabelecer um padrão à mesa que, aos poucos, vai sendo naturalizando pela sociedade civilizada. A exemplo disso está o uso do guardanapo e do garfo, que deixa de ser utilizado para tomar sopa (a sopa na França continha mais partes sólidas do que em outros países). Essas regras também se aplicavam ao modo de tomar o café e à forma de romper o pão. Deste modo, novos elementos foram introduzidos aos costumes, ao passo que outros mais antigos foram sendo deixados de lado.

O controle dos impulsos, conforme mostra Elias (1994), exige um esforço bastante grande. Porém, a base essencial do que é obrigatório e do que é proibido, isto é, o padrão de comer, o modo de usar a faca, o garfo, a colher, o guardanapo e outros utensílios, permanece imutável em seus elementos essenciais. Depois que os hábitos civilizados são introduzidos na sociedade, por meio de um processo gradual e constante, eles estacionam, quase chegam a cessar. “[...] O ritmo de movimento e mudança nessas esferas, que havia sido relativamente rápido durante o estágio das cortes absolutistas, reduz-se mais uma vez.” (ELIAS, 1994, p. 114).

Isso pode ser observado, especialmente, em relação aos utensílios utilizados à mesa – como pratos, travessas, facas, garfos, colheres, copos, entre outros –, que daí em diante (século XVIII) apenas variariam no tocante à matéria-prima, ao visual e à especificação de sua utilidade. Em muitas ocasiões, cada utensílio é trocado de acordo com o tipo de comida que será servida. Já não basta mais comer apenas com garfo, faca e colher, ao invés de se

usarem as mãos, a classe alta, cada vez mais incorpora um elemento especial para ser utilizado a cada tipo de comida, por exemplo:

Colher de sopa, facas de peixe e facas de carnes são postas em um dos lados do prato. Garfos para *hors d'oeuvre*, peixe e carne, no outro. Do lado oposto ao conviva ficam o garfo, a colher ou a faca – segundo o costume do país – para os doces. E para a sobremesa e frutas outros implementos são trazidos. (ELIAS, 1994, p. 114).

Cada um desses utensílios tem uma função diferente, mas segundo Elias (1994), na realidade, não representam nada de novo. Somente em relação ao uso da faca que começam a aparecer algumas inovações lentas que vão além do já adotado.

Outro exemplo trazido pelo autor foi o da sopa que, inicialmente, era tomada diretamente em uma sopeira comum a todos ou com uma concha ou colher usada por várias pessoas. Por volta do século XV, a sopeira comum deixa de ser usada, mas cada um passa a se servir com sua colher própria de uma vasilha comum. Por conseguinte, era preciso limpar a colher com um guardanapo antes de se servir novamente. Até chegar gradualmente ao momento em que cada um tem seu próprio prato e se serve com um objeto especializado. Assim, o ato de tomar sopa foi adquirindo um novo estilo, que acompanhava as novas necessidades da vida social.

Muitos dos costumes à mesa, tudo aquilo que deve e o que não se deve fazer, como por exemplo: não estalar os lábios enquanto se come, nem cuspir ao lado da mesa, nem assoar o nariz na toalha; são mencionados em manuais ou tratados de civilidades escritos na época.

Elias (1994) revela, ainda, que as formas dos utensílios utilizados à mesa, variaram muito ao longo do tempo, houve modas, mas também uma tendência muito clara em manter alguns costumes que significavam uma distinção. A alta classe secular procurava adotar o luxo exagerado à mesa. Comer dessa maneira era natural e conveniente para essa classe, pois a distinguia das demais. Nas mesas da nobreza, as colheres eram de ouro, cristal ou coral, além das facas que tinham cabo de ébano ou de marfim e eram utilizadas de acordo com a ocasião. O que o autor quer mostrar com isso é que todo esse ritual à mesa estava em um constante processo de movimento, hora mais rápido hora mais lento, mas sempre constante.

Embora, essa modificação do costume e do comportamento à mesa seja visível, não se pode afirmar que ela ocorreu com absoluta exatidão de tempo em todos os lugares da Europa. O que Elias (1994) assevera é que o movimento começa antes em alguns lugares e mais tarde em outros e, em toda parte, é possível se deparar com pequenas alterações. Mas, de modo geral, pode-se afirmar que ela ocorreu e seguiu o mesmo sentido em todos os

lugares: em primeiro, está a fase medieval, que é marcada pelo hábito de comer carne com as mãos; em seguida vem a fase, que abrange os séculos XVI ao XVIII, e é marcado pelo movimento de compulsão para uma conduta refinada à mesa; a partir daí é observada uma fase que permanece dentro dos padrões já alcançados, que segue em um movimento bastante lento em um sentido de diferenciação social.

A transmissão desses padrões faz parte do processo civilizador e deve ser considerada como um dos mais importantes dos movimentos individuais. Não apenas as maneiras de se comportar à mesa, mas todas as formas de comportamentos são modeladas de maneira semelhante, mesmo com as diferenças de tempo, estrutura e lugar. O processo de mudança social é mais abrangente do que se imagina.

Assim, fica claro que as transformações no comportamento à mesa integram uma transformação maior, que faz parte de modificações dos sentimentos e atitudes humanas, da qual círculos relativamente pequenos iniciam o movimento e, por meio desses processos, aos poucos foram se espalhando aos seguimentos maiores. Transformação esta que não poderia ter ocorrido se não tivesse sido expandida para as classes mais amplas (ELIAS, 1994).

A fala nobre

Alguns padrões com relação aos modos de se falar foram criados pela nobreza. Assim, as boas maneiras, não se limitam somente a polidez das ações e das vestimentas, elas também estão presentes nos vocabulários e nas pronúncias.

Nesse processo de refinamentos e cultura das etiquetas, a vida intelectual e literária ganhou importância. Os bons modos tenderam a criar nobres hábeis na oratória. A aristocracia se empenhava na aprendizagem de como ser bem sucedido nas respostas, sutil nas sátiras, desenvolto nas alusões ou nas frases de múltiplos sentidos e elegante nos jogos com as palavras. Deste modo, os aristocratas adquiriam uma forma particular de fala, que os diferenciava das outras classes (MACEDO, 2002).

No século XVI, como demonstra Ribeiro (1983), a corte francesa começa a modificar a forma de pronunciar o ditongo *oi* como “oá”, em vez de “ué”. Esta nova maneira, que se manteve durante muito tempo, serviu de distinção entre os falares da aristocracia e os dos burgueses e camponeses.

A partir desse período (século XVI) começou a ocorrer uma grande divisão entre a fala burguesa e o que era chamado de expressão da alta sociedade de corte. “[...] Muito do que no século XVII, e até certo ponto do século XVIII, era a forma de expressão e linguagem característica da sociedade de corte tornou-se gradualmente a língua nacional francesa.” (ELIAS, 1994, p. 117).

Nas cortes da Alemanha, naquelas em que havia dinheiro suficiente, Elias (1994) mostra que as pessoas imitavam a conduta da corte de Luís XIV e falavam o francês, já que o alemão era considerado desengonçado e língua das classes média e baixa. Falar francês era símbolo de status para as camadas superiores.

Elias (1994) identifica uma fala de Nietzsche que dizia que em todas as sociedades da qual havia uma corte, existia uma lei da fala e uma lei de estilo. A linguagem da corte era a língua do cortesão, que não tinha um tema específico, e mesmo em conversas sobre assuntos eruditos, era proibido expressões consideradas técnicas, pois elas tinham algo de especialização e o termo técnico era uma mácula à estilística.

Entretanto, explica Elias (1994), que assim como aconteceu com as maneiras, também ocorreu com movimento de duplo sentido com a linguagem. A burguesia é influenciada pelo comportamento da corte e a corte é influenciada pela burguesia. A influência que ocorre de baixo para cima é mais fraca do que a ocorrida no sentido contrário, mas ela não é de todo ausente.

A riqueza dos principais estratos burgueses compele os que estão acima a competir com eles. E a chegada incessante de burgueses aos círculos da corte gera também um movimento específico na fala: a nova substância humana traz também consigo uma nova substância linguística, o “jargão” da burguesia, para os círculos aristocráticos. Elementos seus estão sendo constantemente assimilados pela linguagem da corte, refinados, polidos, transformados. São em uma palavra “acortejados”, isto é, adaptados ao padrão de sensibilidade dos círculos de corte. Transformam-se, assim, em meios para distinguir as *gens de la cour* da burguesia e depois, talvez muito depois, penetram de novo na burguesia, assim refinados e modificados, a fim de se tornarem “especificamente burgueses”. (ELIAS, 1994, p. 118).

A língua, segundo Elias (1994), é uma das representações mais acessíveis. É possível perceber como esse caráter peculiar é tipicamente refinado em contato com outros extratos da sociedade.

Apesar dessa dupla influência, as palavras usadas pelas pessoas comuns deveriam ser evitadas com todo o cuidado, por demonstrar pouca educação. E a razão dada a isso, é a rejeição das palavras tidas como inferiores. Elias (1994) defende que, dentro de todas as explicações para isso, o argumento social, de que alguma coisa é melhor porque é usado pela classe alta ou pela elite, é o mais importante de todos.

Havia palavras que deixaram de ser usadas, ou eram usadas pelas gerações mais antigas, ou por aqueles que não estavam em contato direto com a vida na corte. Existiam as palavras novas que não tinham entrado na moda, mas que eram usadas por grupos de jovens, como se fossem um tipo de “gíria” particular. As “expressões inferiores” correspondiam a todas as palavras usadas pela burguesia ou pelos camponeses.

Assim, a linguística corresponde a uma estratificação social bem definida que delimita o grupo que, em determinado momento, exerce controle sobre a língua. “Esse círculo constitui a influência predominante na formação da linguagem nessa época.” (ELIAS, 1994, p. 121). A forma como falavam os membros da corte era a forma como se devia falar. Nesse âmbito é que são formados os moldes de fala que se espalhavam para os demais. Foi somente a partir do século XVIII que a influência burguesa ganha força sobre a língua francesa.

Deste modo, a forma pela qual a fala foi afeiçoada também ocorreu com a formação de outros aspectos do comportamento em sociedade, por uma classe que foi capaz de fornecer modelos a outras que os assumiu e assimilou-os implicando uma estrutura de sociedade como um todo (ELIAS, 1994).

A decadência da sociedade de corte

Com o fim dos reinados de Luís XIV, Luís XV, e início do reinado de Luís XVI e com o aumento da riqueza nas mãos da burguesia, a corte foi perdendo sua importância como centro social de poder, que começou a descentralizar-se lentamente. O monopólio do exercício do poder passa a ser contestado pelas camadas até então excluídas. Com isso, um novo conceito vai se elevando à categoria de comportamento socialmente aceito: o de civilidade. Pois, segundo Elias (1993), até este período não se falava em civilidade, e sim em cortesia.

É na segunda metade do século XVIII, na França, que o conceito de civilidade se firma, surgindo, a princípio, como uma maneira de crítica ao iluminismo, em um reflexo de que os acontecimentos sociais e naturais faziam parte de um processo ordenado que vai do civilizado para a civilização. Dentro do conceito de civilidade, duas ideias principais se mesclam, a de barbárie, de um lado e a de bons modos, do outro (ELIAS, 1994).

Conforme as contribuições de Chartier (2004), no caso da civilidade, seus usos e definições práticas apresentam uma importância decisiva, já que o entendimento a que elas se destinam deve trazer as vantagens de uma distinção. Portanto, o emprego da palavra civilidade remete a uma estratégia proferida que é também representação das relações sociais. Ela seria capaz de definir os diferentes públicos em aceitáveis e não aceitáveis, quanto às diferentes práticas de seu uso. Contudo,

Colocando a oposição entre divulgação e distinção como central para a análise de civilidade, ela tenta mostrar que nessa dinâmica social da imitação, por parte de alguns, das maneiras de dizer e de fazer tidas por específicas de seu estado social, por parte de outros, é que se constrói a significação móvel das noções e que se redistribuem, a cada vez, suas relações. (CHARTIER, 2004, p. 48).

Isso posto, de acordo com Ribeiro (1983), as boas maneiras que se configuravam nas representações de civilidade, se constituíram durante seu auge, em um minucioso cerimonial que envolvia toda a vida em sociedade, desde as roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição nos espaços, tudo isso esteve determinado pelas leis e pelos costumes. É neste momento, continua Elias (1994), que a situação se reconfigura, aumentando a cobrança exercida por um indivíduo sobre o outro e a exigência de bons modos é colocada de maneira mais enfática.

Elias (1994) explicita que esse processo de transformação de uma sociedade “não civilizada” ou “incivilizada” para outra considerada civilizada ocorreu de forma lenta, gradual e constante. E que a mudança ocorrida no comportamento humano durante o processo social pode ser compreendida em seus aspectos elementares. As convenções de estilo, o controle das emoções, o gosto pela cortesia, à importância da boa conversa, a eloquência da fala; isso tudo, inicialmente, foi se configurando dentro da sociedade de corte francesa, depois foi se transformando de comportamento individual para um comportamento social mais amplo.

Chartier (2004) declara, que a civilidade visava transformar os padrões incorporados em reguladores automáticos, passando de um discurso proferido ou ouvido para um código de funcionamento prático. A partir daí, inicia-se a produção de textos que tinham por finalidade instruir e divulgar os comportamentos considerados legítimos. Segundo o autor, a primeira herança sensível nas definições do conceito de civilidade é o tratado escrito por Erasmo Rotterdam, em sua obra “A civilidade pueril”, considerada o primeiro manual a compilar, com ordem e método, os preceitos de conduta, marca um momento fundador. Publicada em 1530, ela propunha a toda Europa um código unificado de condutas, cujo cumprimento correspondia à civilidade em sua nova acepção. Conforme alude Chartier (2004, p. 53):

[...] o livro de Erasmo indica bem as exigências de um tempo em que as regras tradicionais da vida cavaleiresca recuam progressivamente diante dos imperativos novos de uma vida social mais densa, de uma dependência mais cerrada dos homens na relação de uns com os outros.

Mesmo que Erasmo tenha escrito seu livro dedicado ao filho de um príncipe, ele deixa claro que as regras que a obra traz destinam-se a todos, sem distinção de condição. Sobre isso, Elias (1994) afirma que Erasmo conseguiu tratar com naturalidade das questões mais elementares e sutis da vida social e das relações humanas, conseguindo expressar algo que atendia a uma necessidade social da época (ELIAS, 1994).

A princípio, na sociedade de corte, como nota Ribeiro (1983), cada indivíduo conhecia seu lugar e o respeitava. Lugares estes, determinados e regidos pela lógica da etiqueta e pelo domínio do bom tom, que pode ser chamado de “pequena ética”, repleta de maneiras que se

divulgavam por meio de seus conteúdos, uma micropolítica, ou seja, os gestos representavam educação e riqueza.

Fausto (2005) assinala que essas mudanças, ao mesmo tempo que são reflexos e mola impulsadora de novos costumes e aspirações, estiveram submetidas, a princípio, às classes privilegiadas, espalhando-se aos poucos para os círculos mais amplos da sociedade.

Neste contexto, Elias (1994) demonstra haver uma diferenciação entre a forma de vida da classe média, burguesa e da classe superior cortesã, que eram acompanhadas por diferenças na estrutura do comportamento, da emoção, das aspirações e da moralidade. Tem-se, a exemplo disso, uma passagem do romance de Jane Austen, *Orgulho e Preconceito*, do qual revela as críticas recebidas por uma das personagens, que pertencia à classe média, ao ter caminhado por um longo percurso até a residência de alguns conhecidos da aristocracia, para buscar a irmã que havia ido fazer uma visita e acabou adoecendo.

Após o jantar, ela retornou diretamente para Jane e a Srta. Bingley começou a criticá-la assim que ela saiu da sala. Suas maneiras foram ditas como efetivamente rudes, uma mistura de orgulho e impertinência; ela não tinha conversa, estilo ou beleza. A Sra. Hurst achava o mesmo e acrescentou: “Ela não tem nada, em uma palavra para recomendá-la, além de ser uma excelente andarilha. Nunca deverei esquecer de sua aparência nessa manhã. Ela realmente parecia quase louca”. “De fato ela parecia, Louisa. Eu mal pude disfarçar. Vir até aqui não teve cabimento! Por que ela deveria disparar pelos campos, por causa da gripe de sua irmã? O cabelo dela, tão desalinhado, tão desgrenhado!”. “Caminhar três milhas, ou quatro, ou cinco, ou quantas forem, com seus calcanhares na poeira, e sozinha, totalmente sozinha! O que ela quer dizer com isso? Parece-me mostrar um tipo abominável de presumida independência, uma indiferença interiorana ou decoro. (AUSTEN, 2008, p. 41).

Ao passo que as atitudes se tornavam mais refinadas e ganhavam conotação de algo destinado às classes superiores, tais comportamentos se espalhavam pela classe média: “[...] é exibindo os gestos prestigiados que os burgueses adquirem estatuto de nobre [...]” (RIBEIRO, 1983, p. 19). Esta imitação era um dos grandes veículos difusores das boas maneiras.

No entanto, nem sempre eram títulos que atestavam o certificado de nobreza, pois tais papéis poderiam ser falsificados. O que realmente determinava a qualidade de nobre era o estilo de vida, isto é, quem agisse como nobre seria nobre. E ser nobre não era tarefa fácil, era necessário seguir uma série de rituais, do qual toda a espontaneidade de gestos não convinha, pois estragaria o espetáculo em que se tenta converter em cotidiano. Isso pode ser observado durante as refeições do rei, que se elevou de uma simples função banal do cotidiano para um espetáculo ritualístico, da qual toda a corte se imobilizava, para observá-lo enquanto ele comia sozinho ou com a família real:

[...] Luís quer beber: o nobre que o serve proclama: “Bebida para el-rei”. Faz uma reverência, vai ao bufê tomar de um cortesão a bandeja de ouro com o copo e as garrafas d’água e vinho, retorna entre dois domésticos. Depois de nova reverência, os servidores provam as bebidas em taças de *vermeil* (velho hábito, para ver-se se não há veneno); o fidalgo inclina-se, apresenta o copo e as garrafas. O próprio rei serve-se da bebida (Luís XIV nunca tomava puro o vinho). E o fidalgo, depois de curvar-se pela quarta vez, devolve a bandeja ao doméstico, que a repõe ao bufê. (RIBEIRO, 1983, p. 75).

No século XVIII, começa a ocorrer um aumento da riqueza e com ela a progressão da classe burguesa. As cortes começavam a apresentar elementos aristocráticos juntamente com elementos da classe média emergente, a linha divisória que distanciava esses dois extratos começava a desaparecer. Isso se intensificou pouco antes da Revolução Francesa (ELIAS, 1994).

O controle das pulsões era, inicialmente exigido, apenas na presença de outras pessoas, por razões sociais. Tanto que, os graus de controle correspondiam à posição social da pessoa a que se estava presente. Porém, isso vai mudando à medida que as pessoas vão se tornando mais próximas socialmente em virtude do aumento da interdependência, com o crescimento da divisão do trabalho. Todos se tornam cada vez mais dependentes uns dos outros. “[...] Só nesse momento é que a armadura dos controles é vestida em um grau aceito como natural nas sociedades democráticas industrializadas.” (ELIAS, 1994, p. 143).

Sobre as transformações pela qual passa a sociedade, Sforini (1996) demonstra que, o que contribuiu para a aceleração desse processo foram, especialmente, o comércio exterior e as manufaturas, que vão aos poucos alterando as configurações de poder. Tal situação vai modificando a forma de ser dos homens, ou seja, esse novo modo de produção da vida material agrega novas formas de relações sociais entre os homens. Este fato confere uma nova qualidade aos relacionamentos humanos, inclusive aqueles que se dão no ambiente doméstico.

No período da aristocracia de corte, as restrições impostas em relação ao controle das pulsões estavam baseadas na consideração e no respeito aos considerados socialmente superiores. Com o crescimento da sociedade industrial e a expansão do capitalismo, o controle dos impulsos e das emoções deixa de ser determinado por pessoas em particular e passa a ser estabelecido pela interdependência social, pela divisão do trabalho, pelo mercado e pela competição. Estes elementos passam a definir os comportamentos socialmente desejados, fazendo parecer que eles foram criados voluntariamente pelos indivíduos. Isso se aplica, sobretudo, às restrições de impulsos necessários ao trabalho, que são modelados de acordo com as necessidades das sociedades industrializadas burguesas. Deste modo, a sociedade burguesa aplica restrições maiores a determinados impulsos, ao mesmo tempo

que outras restrições, que eram do período aristocrático, são remodeladas para se adequarem à nova condição social.

Considerações finais

Ao elencar a história como fonte privilegiada de compreensão das representações sociais, Norbert Elias desenvolve seu conceito de civilidade como ferramenta interpretativa da realidade social. Com base nisso, considera indivíduo e sociedade como partes integrantes de uma mesma relação que engendra o movimento de transformação histórico e cujos rumos não podem ser definidos ou mensurados.

A reflexão que o conceito de civilidade suscita para as formas de distinção social a partir dos modos de se vestir, dos hábitos da fala e dos modos de conduta à mesa, é de particular importância à reflexão acerca da passagem de um padrão de comportamento medieval, expresso pelo conceito de cortesia, para outro que era chamado de civilizado, que coincidiu com o Renascimento e o surgimento da modernidade. As cortes criaram modos de agir, expressos na forma de falar, de vestir e de comer, responsáveis pela elaboração de uma arte que representou os hábitos e os costumes a serem seguidos. Deste modo, a vida social da nobreza passou a ser composta por novos comportamentos. As cortes passaram a ser vistas como escolas da boa educação.

Neste contexto, foi possível perceber que as maneiras continuam em constante processo de formação e que elas não surgem de uma hora para outra. Novos padrões são incorporados à vida social, ao passo que outros se tornam proibidos, não por questões de higiene ou saúde, mas por serem considerados desagradáveis, deselegantes e causadores de vergonha e constrangimento. “[...] o medo de provocar tais associações, difundem-se gradualmente dos círculos que estabelecem o padrão para os outros mais amplos, através de numeras autoridades e instituições.” (ELIAS, 1994, p. 134). Uma vez estabelecidos como comportamento padrão a ser seguido, tais modos considerados adequados e de bom tom são reproduzidos em meio às relações humanas até que outros padrões sejam produzidos e difundidos.

Assim, por meio de uma análise voltada para três vieses – elegância e vestimenta; etiqueta à mesa e fala nobre –, símbolos de representação e distinção social, foi possível observar como o conceito de civilidade, expresso por Norbet Elias, é resultado de um longo processo contínuo e constante de transformações, tanto individual quanto social.

Recebido em: 20/03/2017

Aprovado em: 16/02/2018

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. São Paulo: Editora Landmark, 2008.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

FAUSTO, Boris. *História das boas maneiras*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 out. 2005. Mais! p. 6.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue a doce vida*. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. *A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX*, 1996, 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/resumos/resumos/1996-07.prn.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.